

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2017

II - BALANÇO PATRIMONIAL (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	31/12/2017		31/12/2016		PASSIVO	31/12/2017		31/12/2016	
CIRCULANTE	375.120	359.337	375.120	359.337	CIRCULANTE	167.504	146.609	167.504	146.609
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.152	5.567	6.152	5.567	DEPÓSITOS (NOTA 11)	66.348	55.571	66.348	55.571
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	156.453	153.955	156.453	153.955	Depósitos à Vista	49.472	44.129	49.472	44.129
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	5	1	5	Depósitos a Prazo	16.876	11.442	16.876	11.442
Depósitos no Banco Central	4	968	4	968	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	77.649	71.925	77.649	71.925
Correspondentes no País	79	152	79	152	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	15	49	15	49
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	156.369	152.830	156.369	152.830	Repasse Interfinanceiro (NOTA 12)	77.634	71.876	77.634	71.876
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	195.186	185.168	195.186	185.168	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.757	942	1.757	942
Operações de Crédito	207.146	196.792	207.146	196.792	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.757	942	1.757	942
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.960)	(11.624)	(11.960)	(11.624)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	3.302	3.294	3.302	3.294
OUTROS CRÉDITOS	13.048	11.786	13.048	11.786	Empréstimos País - Outras Instituições	3.302	3.294	3.302	3.294
Créditos por Avais e Fianças Honorados	179	178	179	178	OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.448	14.877	18.448	14.877
Rendas a Receber	866	1.178	866	1.178	Cobrança e Arrecadação de Tributos	233	48	233	48
Créditos Específicos	189	172	189	172	Sociais e Estatutárias	2.516	1.444	2.516	1.444
Diversos (NOTA 07)	12.248	10.641	12.248	10.641	Fiscais e Previdenciárias	882	922	882	922
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(434)	(383)	(434)	(383)	Diversas (NOTA 14)	14.817	12.463	14.817	12.463
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.281	2.861	4.281	2.861	NÃO CIRCULANTE	262.369	242.147	262.369	242.147
Outros Valores e Bens	4.277	2.902	4.277	2.902	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	262.369	242.147	262.369	242.147
(Provisão para desvalorização)	(25)	(74)	(25)	(74)	DEPÓSITOS (NOTA 11)	240.747	224.943	240.747	224.943
Despesas Antecipadas	29	33	29	33	Depósitos a Prazo	240.747	224.943	240.747	224.943
NÃO CIRCULANTE	131.621	92.180	131.621	92.180	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	13.065	8.648	13.065	8.648
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	131.621	92.180	131.621	92.180	Repasse Interfinanceiro (NOTA 12)	13.065	8.648	13.065	8.648
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.252	1.099	2.252	1.099	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.557	8.556	8.557	8.556
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.252	1.099	2.252	1.099	Diversas (NOTA 14)	8.557	8.556	8.557	8.556
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	105.030	69.374	105.030	69.374	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76.868	62.761	76.868	62.761
Operações de Crédito	114.735	78.558	114.735	78.558	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	46.133	40.190	46.133	40.190
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.705)	(9.184)	(9.705)	(9.184)	De Domiciliados no País	46.158	40.210	46.158	40.210
OUTROS CRÉDITOS	2.538	1.686	2.538	1.686	(Capital a Realizar)	(25)	(20)	(25)	(20)
Diversos (NOTA 07)	2.567	1.706	2.567	1.706	RESERVAS DE SOBRAS	26.584	20.391	26.584	20.391
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(29)	(20)	(29)	(20)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.151	2.180	4.151	2.180
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	9.785	9.785	9.785	9.785	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	506.741	451.517	506.741	451.517
Outros Investimentos	9.785	9.785	9.785	9.785					
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	7.833	6.219	7.833	6.219					
Imóveis de Uso	2.154	1.089	2.154	1.089					
Outras Imobilizações de Uso	12.637	11.761	12.637	11.761					
(Depreciação acumulada)	(6.958)	(6.631)	(6.958)	(6.631)					
INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.183	4.017	4.183	4.017					
Outros Ativos Intangíveis	4.055	3.890	4.055	3.890					
(Amortização acumulada)	(3.872)	(2.873)	(3.872)	(2.873)					
TOTAL DO ATIVO	506.741	451.517	506.741	451.517					

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)

	01/07/2017 a 31/12/2017	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
	(Não Auditado)		
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.847	16.185	11.840
Resultado do semestre/exercício	5.070	13.826	8.352
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.777	2.359	3.488
Provisão para operações de crédito (Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.791	857	1.616
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	-	(49)	49
Depreciação do imobilizado de uso	25	60	(32)
Amortização do intangível	605	1.193	1.025
Baixas do ativo permanente	494	999	606
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	86	189	430
Destinações ao FATES	(212)	(101)	125
Dividendos SicrediPar	(923)	(923)	(484)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS (Aumento) em aplicações interfinanceiras	(10.250)	(9.102)	(9.907)
de liquidez	(576)	(1.153)	(841)
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.246	4	688
Redução em créditos vinculados	317	964	174
Redução em relações com correspondentes	415	73	98
(Aumento) em operações de crédito	(40.758)	(46.531)	(56.421)
(Aumento) em relações interfinanceiras passivas	26.529	10.141	141
(Aumento) em outros créditos	(244)	(2.306)	(2.317)
(Aumento) em outros valores e bens	(2.243)	(1.370)	(625)
(Aumento) em depósitos	198	26.581	47.069
(Aumento) em relações interdependências passivas	1.411	815	306
(Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(186)	7	(753)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(217)	(449)	(107)
(Aumento) em outras obrigações	1.858	4.122	2.681
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	(2.403)	7.083	1.933
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.032)	(2.997)	(3.280)
Aplicações no Intangível	(701)	(1.166)	(1.146)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	(1.733)	(4.163)	(4.426)
Integralização de capital	2.065	4.054	4.894
Baixa de capital	(1.658)	(2.737)	(1.776)
Juros ao capital próprio	(71)	(71)	(28)
Distribuição de Sobras	-	(42)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	336	1.204	3.090
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.800)	4.124	597
Caixa e equivalente de caixa no início do período	166.321	158.397	157.800
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	162.521	162.521	158.397

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

III - DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
	(Não Auditado)			(Reapresentado)					
	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	33.852	-	33.852	70.227	-	70.227	59.018	-	59.018
Operações de Crédito	33.776	-	33.776	70.074	-	70.074	58.721	-	58.721
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	76	-	76	153	-	153	-	-	290
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	7	-	7
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(17.865)	(303)	(18.168)	(37.014)	(582)	(37.596)	(43.773)	(488)	(44.261)
Operações de Captação no Mercado	(9.204)	(20)	(9.224)	(20.983)	(34)	(21.017)	(27.371)	(29)	(27.400)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.013)	(283)	(3.296)	(6.624)	(548)	(7.172)	(7.215)	(459)	(7.674)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.648)	-	(5.648)	(9.407)	-	(9.407)	(9.187)	-	(9.187)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15.987	(303)	15.684	33.213	(582)	32.631	15.245	(488)	14.757
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(12.539)	1.691	(10.848)	(21.683)	3.273	(18.410)	(9.627)	2.802	(6.825)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.967	4.173	6.140	4.020	7.728	11.748	3.646	6.283	9.929
Rendas de Tarifas Bancárias	3.682	-	3.682	7.020	-	7.020	5.874	-	5.874
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.720)	(905)	(10.625)	(19.702)	(1.629)	(21.331)	(18.517)	(1.201)	(19.718)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(7.353)	(902)	(8.255)	(14.855)	(1.766)	(16.621)	(14.509)	(1.554)	(16.063)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(35)	(327)	(362)	(66)	(530)	(596)	(61)	(590)	(651)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	9.125	159	9.284	19.019	254	19.273	27.044	376	27.420
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(10.205)	(507)	(10.712)	(17.119)	(784)	(17.903)	(13.104)	(512)	(13.616)
RESULTADO OPERACIONAL	3.448	1.388	4.836	11.530	2.691	14.221	5.618	2.314	7.932
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(294)	45	(249)	57	(329)	57	557	3	560
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.154	1.433	4.587	11.444	2.748	13.892	6.175	2.317	8.492
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	483	483	-	(66)	(66)	-	(140)	(140)
Provisão para Imposto de Renda	-	288	288	-	(31)	(31)	-	(74)	(74)
Provisão para Contribuição Social	-	195	195	-	(35)	(35)	-	(66)	(66)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	3.154	1.916	5.070	11.444	2.682	13.826	6.175	2.177	8.352
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.682	(2.682)	-	2.177	(2.177)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	3.154	1.916	5.070	13.826	-	13.826	8.352	-	8.352

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS ("Cooperativa") é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou suas atividades em 10/02/1982 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades ativas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi. O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 05 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispersíveis e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispersíveis e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes às provisões e reversões das Cobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispersíveis e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispersíveis e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPENSÍVELS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(44.178)	(83)	(44.261)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPENSÍVELS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Outros Dispersíveis e Despesas Administrativas.....	(6.908)	83	(6.825)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais.....	(16.240)	177	(16.063)
Operacionais.....	27.337	83	27.420
Outros Dispersíveis e Despesas Operacionais.....	(13.439)	(177)	(13.616)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a finalidade nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações proferidas pela Administração e na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes de perdidas remotas não são provisionados se divulgados; e aqueles classificados como de perdidas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades.....	6.157	5.567
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central.....	166.369	152.830
Total	172.526	158.397

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	2.252	1.099
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.....	2.252	1.099
Total realizável a longo prazo	2.252	1.099

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de Crédito	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados.....	115.666	97.558	213.224	179.843
Financiamentos.....	12.169	3.814	15.983	14.146
Financiamentos rurais e agroindustriais.....	79.311	13.363	92.674	81.361
Carteira total	207.146	114.735	321.881	275.350

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honoradas.....	179	-	179	178
Devedores por compra de valores e bens.....	1.404	2.566	3.970	3.220
Títulos e créditos a receber (i).....	7.518	1	7.519	5.874
Total	9.101	2.567	11.668	9.272

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
		Nível A.....	0,50	104.713	113.263
Nível B.....	1,00	118.325	82.264	1.183	823
Nível C.....	3,00	57.284	40.068	1.719	1.202
Nível D.....	10,00	25.032	21.808	2.503	2.181
Nível E.....	30,00	10.161	11.587	3.048	3.476
Nível F.....	50,00	8.908	4.289	4.454	2.145
Nível G.....	70,00	2.097	2.325	1.468	1.628
Nível H.....	100,00	7.029	9.018	7.029	9.018
Total (i)		333.549	284.622	21.928	21.039

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 200 (2016 - R\$ 172).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
		A vencer				
Pessoas Físicas.....	4.044	22.361	56.918	54.354	137.677	115.959
Rural.....	314	6.075	72.922	13.363	92.674	81.361
Industrial.....	238	3.995	2.685	4.941	11.859	6.349
Comércio.....	495	12.166	11.841	18.730	43.252	36.969
Outros Serviços.....	1.424	8.512	12.237	25.914	48.087	43.984
Total	6.515	53.129	156.603	117.302	333.549	284.622

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores.....	33.831	10,14	25.572	8,98
50 devedores seguintes.....	65.588	19,66	52.059	18,29
100 devedores seguintes.....	54.164	16,24	43.724	15,36
Demais devedores.....	179.966	53,95	163.267	57,36
Total	333.549	100	284.622	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial.....	21.211	19.627
Constituição de provisão.....	9.407	9.187
Movimentação de baixados para prejuízo.....	(8.490)	(7.603)
Saldo final	22.128	21.211

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.160 (2016 - R\$ 3.363), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 15.437 (2016 - R\$ 12.246).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais.....	81	95
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i).....	1.877	1.960
Devedores por compra de valores e bens.....	1.404	1.514
Devedores por depósitos em garantia.....	271	126
Impostos e contribuições a compensar.....	342	193
Títulos e créditos a receber.....	7.518	5.874
Valores honorados.....	40	23
Cotas de consórcio.....	44	315
Operações com cartões.....	51	34
Pendências a regularizar.....	52	229
Outros.....	178	278
Total Circulante	12.248	10.641
Devedores por compra de valores e bens.....	2.566	1.706
Títulos e créditos a receber.....	1	-
Total realizável a longo prazo	2.567	1.706

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio.....	4.277	2.902
Imóveis.....	3.561	2.248
Veículos e afins.....	279	366
Máquinas e equipamentos.....	412	113
Bens em regime especial.....	25	175
Despesas antecipadas.....	29	33
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso).....	(25)	(74)
Total Circulante	4.281	2.861

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 25 (2016 - R\$ 74) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste.....	4.888	4.888
Sicredi Participações S.A.....	4.895	4.895
Outras Participações e Investimentos.....	1	2
Sicredi Fundos Garantidores.....	1	1
Outras Ações e Cotas.....	2	1
Total	9.785	9.785

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas.....	1.586.634 ON	1.586.634 ON	1	1	4.887.598	4.887.598
	3.307.902 PN	3.307.902 PN	Quotas		Quotas	
Percentual de participação.....	0,56%	0,56%	0,61%	0,63%	1,39%	1,39%
Capital social.....	874.847	869.279	164	165	351.047	3

montante de R\$ 2.559, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações
A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.892	8.492
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.835)	(3.567)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	2
Provisão resgate de milhas cartão	11	(4)
Provisão PPR	27	23
Receita com atos cooperativos	4.680	2.594
Juros sobre capital próprio	1.075	764
Outros	(25)	48
Subtotal	5.769	3.427
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(66)	(140)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas
A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.252	1.099
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	156.369	152.830
Outros Créditos - Rendas a receber	652	510
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.795	2.006
Investimentos (Nota 09)	9.784	9.784
Intangível (Nota 10)	4.150	4.017
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	90.699	80.524
Obrigações por empréstimos e Repasses (Nota 13)	3.302	3.294
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	7.251	5.411
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	9.069	9.436
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	153	290
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	3.671	3.139
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	15.658	23.685
Receita não operacional - Doação SFG	-	766
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	1	70
Operações de Empréstimos e Repasses	7.172	7.674
Outros Dispersões e Despesas Administrativas (Nota 19)	766	742
Outros Dispersões e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.418	6.418

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	206	0,42%	282
Depósitos a prazo	159	0,06%	232
Operações de crédito	1.424	0,44%	1.119

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituí-los em seus cargos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas-chave da administração	2.026	1.714

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
		(Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	346	425
Despesa de aluguéis	1.850	1.685
Despesa de comunicação	969	919
Despesa de manutenção e conservação	1.400	1.480
Despesa de material	213	222
Despesa processamento dados	317	242
Despesa de promoções e relações públicas	1.043	1.320
Despesa de propaganda e publicidade	287	262
Despesa de seguro	153	140
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.774	1.829
Despesa de serviços de terceiros	471	699
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.138	1.076
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.752	1.282
Despesa de serviços de transportes	1.355	1.477
Despesa de viagem	67	88
Outras despesas administrativas	3.486	2.917
Total	16.621	16.063

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
		(Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	1.127	1.255
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	15.199	22.858
Reversão de provisões operacionais	2.206	2.742
Outras rendas operacionais	741	565
Total	19.273	27.420

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos

recursos captados, junto à Cooperativa Central.
NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
		(Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.101	2.027
Contribuição O.C.E.	78	75
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	204	183
Contribuição Confederação Sicredi	5.034	3.942
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	577	584
Encargos da administração financeira	86	130
Repasso administrador de Cartões	564	610
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	998	613
Outras provisões operacionais	1.887	2.770
Outras despesas operacionais	3.374	2.682
Total	17.903	13.616

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	52.977	49.072
Coobrigações em cessões de crédito	84	93
Total	53.061	49.165

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas áreas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Documentação e armazenamento destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas áreas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcione diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas áreas competentes de cada entidade do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;

• Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;

- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASELEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	79.423	68.463
Nível I (NI)	73.982	60.914
Capital principal - CP	73.982	60.914
Capital social	46.133	40.190
Reservas de capital	26.584	20.391
Lucros acumulados	4.151	2.180
Ajustes Prudenciais	(2.886)	(1.847)
Nível II (NII)	5.441	7.549
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	5.441	7.549
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	414.452	357.835
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	467	502
Margem de Capital (i)	35.439	32.625
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,16%	19,13%
Situação de Imobilização (Imob)	9,133	8,392
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,50%	12,26%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Paulo Learsi Petchold Correa da Silva
Presidente
CPF: 472.702.760-72

Gelson Carlos Bulegon
Diretor Executivo
CPF: 773.092.780-20

Eduardo Netto Sarubto
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

VII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cachoeira do Sul / RS, 22 de fevereiro de 2018.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Fernando Otto Kampf Conselheiro	Maurício Garcia Tisato Conselheiro	Roberto Rodolfo Drews Conselheiro
---	--	---

VIII - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados da **Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS**
Cachoeira do Sul - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 4 seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2018</